



CAIXA DISPONÍVEL

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

RELATÓRIO E CONTAS

30 de junho de 2024



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa | Capital Social € 9.300.000 | CRCL e contribuinte 502 454 563



INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	3
MERCADOS FINANCEIROS.....	4
PERSPETIVAS PARA 2024	5
MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO.....	6
ATIVIDADE DO FUNDO.....	8
<i>Caracterização.....</i>	8
<i>Estratégia de investimento</i>	8
<i>Avaliação do desempenho.....</i>	9
<i>Demonstração do património em 30 de junho de 2024</i>	9
<i>Caracterização dos Valores Mobiliários</i>	9
<i>Composição da carteira.....</i>	9
<i>Rendibilidades e Risco</i>	10
<i>Dados Históricos.....</i>	10
<i>Sustentabilidade</i>	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
BALANÇOS.....	13
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS	14
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023	17
ANEXO I.....	28
RELATÓRIO DE AUDITORIA	31



RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Económico

A atividade económica global revelou, no primeiro semestre de 2024, um comportamento ligeiramente melhor do que o previsto no final ainda do ano passado, apesar dos níveis de restritividade da política monetária permanecerem elevados e da manutenção das incertezas de natureza geopolítica. Neste contexto, diversas instituições supranacionais, desde a OCDE, à Comissão Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) reviram ligeiramente em alta as estimativas de crescimento do PIB real para o presente ano. No caso do FMI, a previsão de 3,1%, inscrita no *World Economic Outlook*, passou para 3,2% aquando da sua atualização em abril, valor idêntico ao registado em 2023. De acordo com esta instituição, o abrandamento ligeiro do crescimento no bloco emergente, de 4,3% para 4,2%, foi compensado pela melhoria do bloco desenvolvido, de 1,6% para 1,7%, sobretudo devido aos resultados esperados para os EUA e para a Área Euro. No que diz respeito à evolução da inflação, continuou a ser observada uma tendência de moderação, contudo menor do que o esperado anteriormente, em função, principalmente, do desempenho dos preços no setor de serviços.

Nos EUA, de acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, durante o primeiro trimestre deste ano a economia registou um crescimento em cadeia de 0,3%, em consequência do contributo muito positivo da procura interna, com destaque para o consumo privado e para a formação bruta de capital fixo. Ao nível do mercado de trabalho, apesar da adição de novos postos de trabalho, o *Bureau of Labor Statistics* reportou um aumento da taxa de desemprego de 3,7% no final de 2023 para 4,0% em maio, o nível mais elevado desde janeiro de 2022. Quanto à inflação, a tendência de arrefecimento do índice de preços da despesa no consumo, indicador de referência da Reserva Federal norte-americana para aferir as pressões relacionadas com o crescimento dos preços, denotou uma moderação diminuta, com a respetiva variação homóloga a permanecer acima do objetivo de 2,0%, enquanto no caso da componente subjacente, que exclui alimentação e energia, registou-se uma estagnação. Neste contexto, a autoridade monetária manteve as taxas diretoras inalteradas, no intervalo compreendido entre 5,25% e 5,50%, tendo a maioria dos membros do comité de política monetária salientado ao longo do semestre, a importância de obter mais evidências acerca da sustentabilidade do processo de desinflação, antes de considerar uma possível descida das taxas de juro. Assim, no comité de política monetária do mês junho, a média dos membros passou a indicar apenas um corte de 0,25 pontos percentuais (p.p.) das taxas diretoras até ao final do ano, em comparação com seis e com três cortes logo após os Conselhos de Governadores (CG) de dezembro do ano passado e de março deste ano, respetivamente.

Na Área Euro, de acordo com o *Eurostat*, o PIB real evidenciou, no primeiro trimestre, um crescimento de 0,3% em cadeia, depois de ter contraído marginalmente durante a segunda metade de 2023, um resultado que decorreu principalmente do contributo positivo das exportações líquidas. Entre as principais economias da região, destaque para as da Ibéria, tendo a atividade crescido 0,7% em Espanha, pelo segundo trimestre sucessivo, um resultado ligeiramente inferior aos 0,8% de Portugal. No mesmo período, as economias de Itália, de França e da Alemanha cresceram 0,3% e 0,2%, nos dois últimos casos. Já a taxa de desemprego da Área Euro diminuiu de 6,5% em dezembro de 2023 para 6,4% em maio do corrente ano, um novo mínimo da série atual, com descidas em França, de 7,5% para 7,4%, em Itália de 7,2% para 6,8%, e em Espanha, de 11,9% para 11,7%, enquanto em Portugal permaneceu inalterada em 6,5%, ao contrário da taxa alemã que subiu de 3,1% para 3,2%. No que respeita ao crescimento dos preços, a inflação denotou uma moderação com a variação homóloga a transitar de 3,4% no último mês do ano passado para 2,5% em junho, segundo o Eurostat. Ao contrário dos EUA, na Área Euro a inflação continuou a convergir em direção ao objetivo de 2,0% do Banco Central Europeu (BCE), que decretou na reunião de política monetária, ocorrida em junho, a primeira redução das taxas diretoras em 0,25 p.p., com a de facilidade permanente de depósito, a ser colocada em 3,75%. Adicionalmente, em março, devido ao encerramento gradual das compras de ativos de dívida por parte do BCE e do consequente receio de que uma diminuição acentuada da liquidez pudesse induzir a aumentos consideráveis dos custos de financiamento, o CG anunciou alterações ao quadro operacional da política monetária, privilegiando a liquidez excedentária, em que as operações principais de refinanciamento continuarão a ser realizadas através de taxa fixa com



colocação total, continuando desse modo o BCE a desempenhar um papel fundamental na cedência de liquidez ao sistema bancário. A par disso, o CG explicitou que a taxa de juro da facilidade de depósito permanecerá como a principal taxa de referência da política monetária.

Na Ásia, a economia da China surpreendeu durante o primeiro trimestre do ano ao registar um crescimento de 1,6% em cadeia. O resultado obtido refletiu, em grande parte, dados muito positivos registados durante os dois primeiros meses do ano, e que estiveram relacionados sobretudo com as exportações e com o investimento efetuado por empresas públicas. No entanto, a partir de março, a maioria dos indicadores de atividade, de comércio e de concessão de crédito começaram a surpreender negativamente. O desempenho do mercado de trabalho constituiu outra fonte de apreensão, com a taxa de desemprego jovem a registar um incremento ao longo de toda a primeira metade do ano, fixando-se em 21,3% em junho, o nível mais elevado desde 2011. No setor imobiliário, os preços das habitações nas principais cidades continuaram a diminuir, tendo-se acentuado a contração do investimento imobiliário. Em face desta conjuntura, o banco central da China reduziu ainda em fevereiro a taxa de juro diretora a cinco anos, o referencial para as taxas de financiamento hipotecário, em 0,25 p.p., para 3,95%, um novo mínimo histórico. No capítulo dos preços, apesar de ter aumentado ligeiramente, a variação homóloga do índice de preços no consumidor permaneceu em maio de forma marginal acima de zero, a 0,3%, encontrando-se muito abaixo do objetivo do banco central de 3,0%.

Mercados Financeiros

Nos primeiros meses de 2024, apesar do recrudescimento dos riscos geopolíticos e da inflação persistente, a maioria das classes de risco, em particular a acionista, patenteou ganhos. Esta dinâmica positiva deveu-se à manutenção de níveis de consumo sólidos, possibilitada pela robustez do mercado de trabalho, bem como pelos resultados empresariais relativamente favoráveis. Em contraposição, as obrigações de dívida pública constituíram a exceção registando perdas, decorrentes de uma retórica, por parte dos representantes dos principais bancos centrais, menos acomodatória do que o esperado.

No **Mercado Monetário**, na Área Euro as taxas dos prazos mais curtos caíram, em oposição às de 12 meses. Desta forma, em função do corte das taxas diretoras, decidido pelo BCE em junho, a Euribor a 3 meses registou uma queda de 0,20 p.p., para 3,71% e na maturidade de 6 meses de 0,18 p.p., para 3,68%. Já a de 12 meses subiu 7 p.p., para 3,58%. Em contraposição, o aumento da Euribor a 12 meses deveu-se à perspetiva, implícita neste indexante no final de 2023, de que a autoridade monetária europeias poderia cortar as taxas diretoras de forma mais pronunciada que a atualmente estimada.

No que respeita às **Obrigações** de Dívida Pública, os índices de referência da Área Euro e dos EUA registaram perdas, reflexo, por um lado, da resiliência do crescimento económico e, por outro, da divulgação de dados de inflação menos benignos, em particular nos EUA, com as métricas mensais inclusivamente a acelerarem. Neste âmbito, de salientar que o aumento do risco de uma aceleração da inflação, de uma possível flexibilização demasiado prematura das condições financeiras, fomentou uma maior convicção de que o ciclo de descida de taxas diretoras não seja tão célere ou expressivo, em 2024, como o antecipado no início do ano. Neste enquadramento, nos EUA, a *yield* do prazo a 2 anos subiu cerca de 0,50 p.p., alcançando níveis próximos dos máximos de 2023, acima de 5,0%, o que representou o patamar mais elevado desde 2007, enquanto a *yield* dos títulos com maturidade a 10 anos subiu cerca de 0,54 p.p. Na Área Euro, as taxas de juro germânicas foram influenciadas pela dinâmica das suas congéneres norte-americanas, embora tenham patenteado subidas de menor magnitude. Para tal demonstraram-se relevantes os indícios de que a política monetária do BCE, no atual contexto, não deverá divergir, de forma substancial, face à da *Fed*. Desta forma, as taxas de juro de mercado para os títulos com maturidades a 2 e a 10 anos subiram 0,44 p.p. e 0,46 p.p., respetivamente.

Relativamente aos principais segmentos de Obrigações de Dívida Privada - Crédito, registaram-se ganhos, os quais foram mais pronunciados nos segmentos de grau especulativo, sendo uma exceção a desvalorização observada no de *Investment Grade* de emissões em dólares, penalizado pelo aumento das taxas de juro sem risco nesta geografia. Para a dinâmica da classe contribuiu o estreitamento de prémios de risco, potenciados pela robustez dos fundamentais das empresas.



No que respeita à classe de **Ações**, a generalidade dos índices de referência valorizou, com vários a atingir máximos históricos. Em adição, os compósitos beneficiaram da divulgação de resultados favoráveis, pese embora o tom mais cauteloso dos representantes das empresas, com as instituições a demonstrarem resiliência face à inflação persistente e à postecipação de cortes de taxas diretoras por parte dos bancos centrais. No caso concreto dos mercados de países desenvolvidos, salientou-se o desempenho do dos EUA, impulsionado pelo setor tecnológico, em particular das empresas relacionadas com a temática da inteligência artificial e as de semicondutores. Em comparação, o agregado de emergentes, por seu turno, registou uma valorização relativamente mais modesta, condicionado pela desvalorização de alguns mercados, como com o do Brasil. Salientaram-se, pela positiva, os ganhos da China, pese embora alguma volatilidade ao longo do semestre. Este mercado continuou a ser condicionado por indícios de dificuldades financeiras no setor imobiliário, contudo este efeito foi colmatado pela valorização do setor de tecnologia, pela flexibilização da política monetária e por um apoio político mais forte à economia, nomeadamente, ao nível do investimento estatal. No que concerne ao comportamento dos vários setores, globalmente, a maioria patenteou ganhos, mais pronunciados no de tecnologia, em virtude não só da época de resultados favorável como também de expectativas promissoras para o desenvolvimento de produtos ligados à inteligência artificial.

Relativamente ao **Mercado Cambial**, face ao euro, salientou-se a depreciação do iene, que atingiu o valor mais baixo face à moeda única, ao refletir a divergência substancial entre a política monetária do Banco Central do Japão, que persiste na implementação de uma estratégia monetária ultra-acomodatória, e a do BCE. Em comparação à moeda norte-americana, assistiu-se à valorização do dólar, perante expectativas de maior flexibilização da política do Banco Central Europeu face ao esperado pela Reserva Federal americana para este ano.

Por fim, a classe de **Matérias-primas** valorizou, beneficiada pelos contributos positivos de praticamente todos os componentes, com exceção do de agricultura, que denotou perdas. Na componente de energia, salientou-se a subida do preço do petróleo e derivados, impulsionados pelo risco de um conflito geopolítico mais alargado no Médio Oriente e pela manutenção de cortes na produção por parte dos países da OPEP. Também no agregado de metais industriais, a generalidade dos seus contribuintes apreciou, com destaque para o zinco e o cobre. Nos metais preciosos, salientou-se a subida da cotação da prata, com o ouro a atingir um máximo histórico. Para tal afigurou-se como relevante o seu estatuto de ativo de refúgio e a escalada das tensões geopolíticas no Médio Oriente.

Perspetivas para 2024

Para a segunda metade do ano perspectiva-se a continuação de um contexto de resiliência do crescimento económico, suportado pela atual robustez do mercado de trabalho, que possibilita a expansão do consumo em torno da sua tendência de longo prazo. Neste ambiente, a evolução da atividade será condicionada pelos impactos da transmissão à economia de condições monetárias restritivas, as quais se refletem, principalmente, em custos de financiamento elevados que, por conseguinte, poderão condicionar as decisões de consumo e a propensão para investir tanto das famílias como dos empresários. Ademais, o esgotamento, para uma grande parte das famílias norte-americanas, das poupanças acumuladas durante o período da pandemia, a par do aperto financeiro, deverá limitar os gastos futuros com as despesas mais dependentes do crescimento dos rendimentos reais.

O processo desinflationista em curso, após evidenciar alguma estagnação no início do ano, deverá registar progressos nos próximos trimestres, ainda que a um ritmo gradual e lento, sujeito à volatilidade das leituras mensais, com a inflação a convergir novamente para o objetivo dos bancos centrais. Contudo, as taxas de emprego, que se situam nos patamares mais baixos desde há vários anos, poderão ainda gerar algumas pressões salariais e, por outro lado, as tensões geopolíticas internacionais continuam a concorrer para a ocorrência de disrupção nas cadeias de abastecimento e do fornecimento de energia, com potencial para impulsionar o crescimento dos preços.



Neste panorama, o principal desafio dos bancos centrais será gerir o equilíbrio entre a moderação do crescimento e a inflação ainda acima dos seus objetivos, contudo já em níveis bem mais reduzidos face aos máximos. Os recentes sinais de retoma da trajetória desinflacionista, agora também com o contributo da componente dos serviços, a qual tem constituído um forte obstáculo a uma maior descida do crescimento dos preços, deverá permitir à Reserva Federal nos EUA encetar e ao Banco Central Europeu continuar os cortes das taxas diretoras no decurso segundo semestre. Porém, num cenário de aceleração do crescimento económico durante os próximos meses, os riscos inflacionistas poderão reemergir, reduzindo a margem de manobra das autoridades para flexibilizar a política monetária. Desta forma, o risco latente para os bancos centrais é a inflação continuar a revelar-se mais persistente do que o inicialmente esperado, o que implicaria que as taxas diretoras teriam de conservar o seu carácter restritivo atual durante mais tempo, adicionando incerteza em relação ao crescimento dado o maior impacto, no tempo e na magnitude, da transmissão de condições monetárias restritivas à economia.

No 2º semestre de 2024, as incertezas não estarão cingidas ao quadro económico, pelo contrário, as preocupações de natureza geopolítica permanecem um fator crucial. Em concreto, os riscos decorrentes do agravamento de conflitos militares, no Médio Oriente e na Ucrânia, de importantes eleições em inúmeros países, com destaque para as dos EUA, e das tensões comerciais internacionais, poderão reforçar clivagens com efeitos potencialmente repercutíveis nos mercados financeiros.

Ao nível das classes de ativos, os meses que antecedem o primeiro corte das taxas diretoras da Reserva Federal, que se antecipa possa acontecer até ao final de 2024, foram, tendencialmente, benignos para a classe de obrigações. Para além disso, a perspetiva de moderação do crescimento económico e de descida da inflação poderá favorecer o desempenho dos títulos de governos, que, inclusivamente, apresentam rendimentos da componente de cupão num dos patamares mais elevados em relação à última década. Os investidores estarão focados nas leituras acerca da evolução dos preços e, em paralelo, nas métricas de emprego que serão determinantes para avaliar a potencial magnitude da flexibilização da política monetária, podendo ser abruptamente ajustadas as expectativas incorporadas pelo mercado, especificamente para 2024 e 2025, em virtude de nova informação conhecida.

Este contexto, de crescimento moderado, a par da flexibilização de políticas monetárias, também deverá continuar a ser favorável para os mercados acionistas. A expectativa que os principais bancos centrais controlem a inflação sem se assistir a um choque substancial na atividade tenderá a promover a valorização da classe, ainda que numa magnitude menos substancial que a registada ao longo do primeiro semestre, durante o qual os principais índices de referência norte-americanos e europeus atingiram novos máximos históricos. Esta dinâmica resultou num aumento das métricas de valorização, em especial nos EUA, tornando o desempenho das ações mais sensível à evolução dos resultados, os quais, se perspetiva se mantenham numa trajetória de crescimento saudável assente, principalmente, na solidez do consumo. Por outro lado, também será determinante a capacidade das empresas nos segmentos de inteligência artificial e semicondutores cumprirem com as expectativas criadas nos investidores.

Deste modo, e de acordo com o supramencionado, é provável a manutenção, na segunda metade do ano, da tendência de apreciação da classe de ações, embora seja expectável em menor dimensão face ao ocorrido no primeiro semestre, enquanto nas obrigações, em concreto nas de governos, é possível que recuperem das perdas observadas na primeira metade de 2024.

Mercado de Fundos de Investimento Mobiliário

Em junho de 2024, os fundos de investimento mobiliários geridos por Sociedades Gestoras nacionais encerraram o semestre com um valor de ativos sob gestão de 19.451,8 milhões de euros (M€), o que reflete um aumento de 4,4% (818,0 M€) dos montantes sob gestão, desde o início do ano. ⁽¹⁾

Nas 20 sociedades gestoras nacionais, o número de fundos mobiliários em atividade aumentou, no primeiro semestre do ano, de 182 para 191 fundos ⁽¹⁾.



No 1º semestre de 2024, as quatro maiores Sociedades Gestoras nacionais de fundos de investimento mobiliário concentravam 88,4% do mercado, valor semelhante ao fecho do ano anterior (89,2%). A Caixa Gestão de Ativos terminou o semestre mantendo a liderança destacada no mercado de fundos mobiliários com uma quota de 34,5%, uma diferença de 12 pontos percentuais em relação ao segundo *player* do mercado.

Fonte:

⁽¹⁾ CMVM: Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – Valores a junho 2024



Atividade do Fundo

Caracterização

O CAIXA DISPONÍVEL - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por Fundo) iniciou a sua atividade em 19 de fevereiro de 2010 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

O Fundo tem como objetivo principal, proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira constituída por ativos denominados em divisa euro, cuja rendibilidade e estabilidade dependem da evolução das taxas de juro de curto prazo, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira.

O Fundo investe nos mercados indicados na sua política de investimentos e o seu património é constituído por instrumentos do mercado monetário de elevada liquidez, nomeadamente, papel comercial, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e outros instrumentos representativos de dívida de curto prazo e depósitos bancários denominados em divisa euro de qualidade elevada.

Estratégia de investimento

No primeiro semestre de 2024, o Fundo apresentou uma rendibilidade líquida positiva em função das taxas de juro mais elevadas e também do estreitamento de spreads de crédito.

Face ao ano anterior, a gestão manteve a estratégia do Fundo, continuando a privilegiar a exposição ao mercado obrigacionista, embora o investimento em instrumentos de papel comercial tenha sido incrementado. No início do ano, a exposição à componente de obrigações era de cerca de 92% e esse peso foi reduzido, tendo terminado o semestre com 90%. A atratividade relativa dos títulos de papel comercial tem vindo a perder fulgor, uma vez que as taxas Euribor têm vindo a retroceder nos últimos 2 meses, encontrando-se em níveis inferiores aos evidenciados no início do ano, o que ainda não se verifica nas taxas de juro com prazos superiores a 12 meses.

Durante o semestre, os setores de Consumo Cíclico e Financeiro foram os mais reforçados por contraposição com os setores Industrial e Comunicações.

A rendibilidade do Fundo teve contributos positivos por parte de todos os setores da componente de obrigações, onde se destacaram os setores Financeiro e o de Consumo Cíclico. Os setores com melhor rendibilidade total foram o de Consumo Cíclico e o Financeiro e o setor com pior rendibilidade foi o Tecnológico.

Em paralelo, a seleção da componente de obrigações do Fundo manteve o seu foco na temática de Investimento Socialmente Responsável, com preferência por empresas com elevados padrões de atuação em áreas como o Ambiente, o Impacto Social e o Governo Societário de acordo com os princípios de investimento sustentável definidos na sua política de investimento. Esta abordagem complementou a incorporação de fatores de análise financeira tradicionais.

A ação dos Bancos Centrais continuará a ter um papel central na evolução do mercado das taxas de juro e por consequência nos ativos deste Fundo. Apesar do banco central europeu ter efetuado o primeiro corte das taxas de juro diretas em junho, o ciclo de queda das taxas de juro poderá ser mais gradual do que inicialmente antecipado. Indicadores como o crescimento dos salários e de preços dos serviços que permanecem elevados, continuam a preocupar os membros do BCE devendo, por isso, continuar a ser monitorizados de perto. Deste modo, a gestão continuará a explorar essencialmente oportunidades na classe de Crédito, mas também em títulos de papel comercial, embora seja expectável que o peso nesta classe possa vir a diminuir. No caso da exposição a depósitos bancários continua a não se perspetivar alterações nos próximos meses, pela menor atratividade relativa destes instrumentos.



Avaliação do desempenho

Em 30 de junho de 2024, o Fundo registava um Resultado líquido de 2.840.914 euros e um Valor Líquido global de 235.089.814,07 euros. Nesta data o Fundo era detido por 16.523 participantes.

Demonstração do património em 30 de junho de 2024

Valores em euros

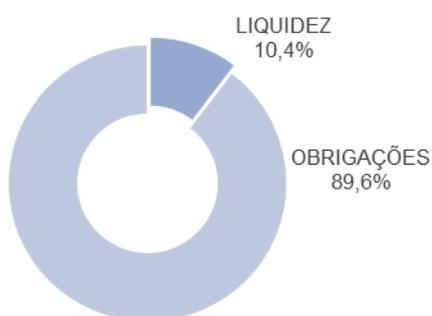
Valores Mobiliários	225.418.859
Saldos Bancários	11.284.793
Outros Ativos	2.106.271
Total dos Ativos	238.809.923
Passivo	3.720.109
Valor Líquido de Inventário	235.089.814

Caracterização dos Valores Mobiliários

Valores em euros

Cotados em Bolsa portuguesa	230.094
Cotados em Bolsas europeias	130.662.483
Cotados em Bolsas não europeias	14.390.511
Negociados noutra mercado regulamentado	64.102.204
Papel Comercial	16.033.567
Unidades de participação	0
Não cotados	0
Total de Valores Mobiliários	225.418.859

Composição da carteira



País	Alocação Geográfica (%)
Estados Unidos	22,3%
Alemanha	8,2%
França	7,9%
Itália	6,8%
Portugal	6,3%
Canada	5,4%
Reino Unido	4,8%
Suíça	4,5%
Suécia	3,3%
Holanda	3,0%
Espanha	3,0%
Dinamarca	2,7%
Finlândia	2,5%
Áustria	2,4%
Bélgica	1,7%
Outros	4,8%

**Rendibilidades e Risco**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (a)
Rendibilidade	0,66%	0,19%	0,07%	0,32%	- 0,64%	0,22%	0,11%	- 0,07%	- 3,35%	4,35 %	4,33 %
Classe de Risco	1	1	1	1	1	1	2	1	2	2	-
Indicador de Risco (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2

(a) Rendibilidade e Classe de Risco referente ao período de 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2024

As rendibilidades e as classes de risco foram calculadas com base nos dados de 12 meses. As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

(b) A partir de 1 de janeiro de 2023, com a implementação da Regulamentação PRIIPS, o Indicador Sumário de Risco (ISR) substituiu o Indicador Sintético de Risco e Remuneração (ISRR) e a Classe de Risco como indicadores de risco deste OIC.

Dados Históricos

Ano	Nº de unidades de participação	Valor unitário	Valor do Fundo
2018	236.471.815,8129	5,3074 €	1.255.059.270,79 €
2019	170.185.872,0286	5,3189 €	905.195.366,56 €
2020	142.487.348,8853	5,3250 €	629.221.826,30 €
2021	85.467.047,5672	5,3207 €	454.742.486,14 €
2022	57.970.963,1970	5,1425 €	298.113.454,20 €
2023	41.271.389,1258	5,3657 €	221.450.058,20 €
2024 (a)	43.247.108,4753	5,4360 €	235.089.814,07 €

(a) Valores de 30 de junho de 2024

Valores em euros

Custos e Proveitos	2021	2022	2023	2024 (a)
Proveitos e Ganhos	8.728.229	13.689.432	17.459.642	7.111.523
Custos e Perdas	9.066.298	26.910.639	6.803.295	4.270.609
Resultado Líquido	-338.069	-13.221.207	10.656.347	2.840.914

Comissões e Taxas	2021	2022	2023	2024 (a)
- Comissão de Gestão	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissão de Gestão Variável	61.322	0	714.368	300.343
- Outras Comissões e Taxas	183.615	85.701	19.899	8.605
- Comissão de Depósito	132.974	92.580	64.943	27.207
- Comissões e Taxas indiretas	0	0	0	0
- Taxa de Supervisão	75.635	52.301	36.976	15.827
- Custos de Auditoria	4.920	4.920	7.426	3.858
- Comissões de Subscrição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões de Resgate	0	0	0	0

(a) valores relativos ao primeiro semestre de 2024

n.a. – não aplicável



Sustentabilidade

A adesão em junho de 2019 aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI), o mais relevante compromisso da comunidade de investidores institucionais a nível global, para o reconhecimento do papel do investimento responsável na prossecução dos princípios universais nas áreas dos direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção, representou um passo relevante na afirmação da estratégia de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, reforçando a importância estratégica que a incorporação de fatores ESG ("Environmental, Social and Governance") assume no processo de investimento dos fundos sob gestão.

Em linha com a estratégia definida, em Setembro de 2022, a Caixa Gestão de Ativos tornou-se também signatária da Net Zero Asset Managers Initiative, iniciativa conjunta de sociedades gestoras de ativos a nível internacional, que assumem o compromisso de contribuir para o objetivo global de um nível de emissões de gases de estufa líquido nulo até 2050. Neste âmbito, em dezembro de 2023, a Sociedade Gestora publicou os seus compromissos iniciais, para alcançar o supracitado objetivo de redução de emissões, associado às carteiras geridas.

A incorporação desta temática na estratégia de investimentos da Sociedade Gestora está enquadrada na Política de Investimento Socialmente Responsável, na Política de Envolvimento e na Política de Exercício dos Direitos de Voto, disponíveis para consulta no sítio da internet da Caixa Gestão de Ativos (www.caixagestaodeativos.pt).

É objetivo da Caixa Gestão de Ativos constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), complementando o seu processo de análise fundamental com considerações de ordem ambiental, social e de governo societário (ESG).

É entendimento da Caixa Gestão de Ativos que a concretização do definido nas citadas Políticas, permite cumprir o desígnio estratégico de constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, centrando a sua atuação nas dimensões principais de integração e de envolvimento.

De acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, a gestão dos investimentos do presente Fundo tem em conta padrões em termos de responsabilidade ambiental, social e de governo societário.

No momento atual, o Fundo não cumpre ainda inteiramente com a metodologia descrita na Política de Investimento Socialmente Responsável da Caixa Gestão de Ativos e, por conseguinte, enquadra-se no artigo 6º do referido regulamento.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos nos Regulamentos Delegados (UE) 2021/2139 e 2023/2486.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os Critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Lisboa, 27 de agosto de 2024



CAIXA DISPONÍVEL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



CAIXA DISPONÍVEL

BALANÇOS

EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024			30-06-2023		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido						
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC						
21	Obrigações	3	213.752.836	416.088	4.783.632	209.385.292	236.548.367	61	Unidades de Participação	1	216.235.542	248.603.899	
22	Ações		-	-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	1	4.728.531	6.089.262	
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	11.284.827	628.480	
24	Unidades de Participação		-	-	-	-	-	65	Resultados Distribuídos		-	-	
25	Direitos		-	-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-	
26	Outros Instrumentos de Dívida	3	16.038.745	1.686	6.864	16.033.567	14.038.492	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	2.840.914	3.756.154	
TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS			229.791.581	417.774	4.790.496	225.418.859	250.586.859	TOTAL DO CAPITAL DO OIC			235.089.814	259.077.795	
OUTROS ATIVOS							PROVISÕES ACUMULADAS						
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-	
TOTAL DE OUTROS ATIVOS			-	-	-	-	-	TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS			-	-	
TERCEIROS							TERCEIROS						
411+...+418	Contas de Devedores	17	598.101	-	-	598.101	965.937	421	Resgates a Pagar a Participantes		-	-	
TOTAL DOS VALORES A RECEBER			598.101	-	-	598.101	965.937	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-	
DISPONIBILIDADES							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
11	Caixa		-	-	-	-	-	55	Acréscimos de Custos		-	-	
12	Depósitos à Ordem	3	11.284.793	-	-	11.284.793	7.825.969	56	Receitas com Provento Diferido	17	-	7.534	
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	27.750	-	
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	59	Contas Transitórias Passivas		-	-	
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS			27.750	7.534	
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES			11.284.793	-	-	11.284.793	7.825.969	TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO			238.809.923	260.536.594	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TOTAL DO ATIVO						
51	Acréscimos de Proveitos	17	1.468.389	-	-	1.468.389	1.157.829	Valor Unitário da Unidade de Participação			1	5,4360	
52	Despesas com Custo Diferido	17	39.781	-	-	39.781	-					5,2107	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		-	-	-	-	-						
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-						
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ATIVOS			1.508.170	-	-	1.508.170	1.157.829						
TOTAL DO ATIVO			243.182.645	417.774	4.790.496	238.809.923	260.536.594						
Total do Nº de Unidades de Participação							43.247.108	49.720.780					

Abreviaturas: MV - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões.



CAIXA DISPONÍVEL

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023
OPERAÇÕES CAMBIAIS					OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO					OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros	12	12.918.180	-	925	Futuros		-	-
	TOTAL		12.918.180	-		TOTAL		-	-
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES					OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros		-	-	935	Futuros		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
COMPROMISSOS DE TERCEIROS					COMPROMISSOS COM TERCEIROS				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		-	-		TOTAL		-	-
	TOTAL DOS DIREITOS		12.918.180	-		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-
99	Contas de Contrapartida		-	-	99	Contas de Contrapartida		12.918.180	-



CAIXA DISPONÍVEL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		296.895	19.385	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		2.500.870	2.073.880
711+714+717+718	De Operações Correntes		-	-	811+814+817+818	De Operações Correntes		43.623	4.577
719	De Operações Extrapatrimoniais		-	-	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+ 723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
724+...+728	Outras, em Operações Correntes		351.982	448.561	822+...+824/5	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		340	37	829			-	-
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		2.019.615	3.515.348		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		3.363.696	5.795.028
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Outras Operações Correntes		-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais		1.533.100	264.960	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais		1.182.950	207.000
IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
7411 + 7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		-	-		Para Riscos e Encargos		-	-
7412 + 7422	Impostos Indiretos	9	59.679	86.039	851			-	-
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-				-	-
PROVISÕES DO EXERCÍCIO					OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
75	Provisões para Encargos		-	-	87			-	-
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		8.998	8.209				-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		4.270.609	4.342.539		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		7.091.139	8.080.485
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	18.208
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		20.384	-
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		20.384	18.208
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se «0)		2.840.914	3.756.154	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se «0)		-	-
	TOTAL		7.111.523	8.098.693		TOTAL		7.111.523	8.098.693
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		3.548.056	4.334.175	F-E	Resultados Eventuais		20.384	18.208
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		-350.490	-57.997	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos		2.840.914	3.756.154
B-A	Resultados Correntes		2.820.530	3.737.946	B+D+F-A-C-E+63	Resultado Líquido do Período		2.840.914	3.756.154

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	30-06-2024	30-06-2023
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		43.591.338	3.002.950
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		32.792.496	45.794.764
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		10.798.842	-42.791.814
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		38.490.421	60.679.488
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		29.121.501	44.947.829
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		-	18.208
Juros e proveitos similares recebidos		2.576.107	2.514.172
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros ativos		73.118.029	68.529.121
Juros e custos similares pagos		296.895	19.385
Outras taxas e comissões		7.457	9.874
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-3.234.353	39.601.316
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Margem inicial em contratos de futuros e opções		-	1.393.441
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Margem inicial em contratos de futuros e opções		300.000	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas		-300.000	1.393.441
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Juros de depósitos bancários		32.513	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		715.437	-
Comissão de depósito		27.235	35.799
Imposto e taxas		84.656	102.124
Auditoria		3.858	3.398
Custos de Research		9.234	14.510
Outros pagamentos correntes		455	-
Fluxo das operações de gestão corrente		-808.362	-155.832
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)		6.456.127	-1.952.889
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Disponibilidades no início do período (B)	3	4.828.666	9.778.858
Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)	3	11.284.793	7.825.969



DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O CAIXA DISPONÍVEL - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (adiante designado por “Fundo”) foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 4 de fevereiro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 19 de fevereiro de 2010, com duração indeterminada.

A 16 de janeiro de 2017 o Fundo incorporou o Caixa Fundo Monetário – Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Mercado Monetário, tendo nessa data alterado a sua política de investimento.

A 27 de abril de 2019 o Fundo alterou a sua política de investimento, tendo alterado a sua designação para Caixa Disponível – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

O objetivo principal do Fundo é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira constituída por ativos denominados em divisa euro, cuja rentabilidade e estabilidade dependam da evolução das taxas de juro de mercado, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira, com maturidades diferenciadas, permitindo dessa forma o não enquadramento enquanto Fundo de Mercado Monetário, de acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2017/1131.

O Fundo investe em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, sendo no mínimo 20% do seu Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) constituído por valores mobiliários com prazos de vencimento residual superior a 24 meses. Cumulativamente, os ativos que compõem a carteira do Fundo deverão observar uma Maturidade Média Ponderada superior a 6 meses e uma Duração Média Ponderada superior a 12 meses, conforme melhor detalhado no Documento Único do Fundo.

O Fundo pode investir em instrumentos financeiros representativos de dívida com taxa variável ou com taxa fixa, e em títulos de dívida sénior, tais como, obrigações de dívida pública de países pertencentes à UE ou à OCDE, obrigações de dívida pública de países considerados emergentes, obrigações diversas emitidas por entidades privadas, em obrigações hipotecárias, títulos de dívida objeto de securitização, valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, e outros instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidas por entidades públicas ou privadas. O Fundo não pode investir mais de 50% do VLGF em instrumentos do mercado monetário sem *rating* da emissão ou do emitente. No caso do ativo possuir uma garantia prestada por terceiros será elegível para o rácio somente no caso do garante não possuir *rating*.

O Fundo não investe o seu património em ações ou mercadorias, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações, títulos de participação, títulos de dívida subordinada diretamente ou indiretamente, ou em unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos atrás referidos.

O Fundo pode investir, num máximo de 10% do seu VLGF, em Unidades de Participação de fundos de investimento cuja política de investimento seja compatível com a do Fundo, conforme descrita anteriormente.

Por princípio o Fundo não utiliza instrumentos e produtos financeiros derivados para cobrir riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou riscos de variabilidade dos rendimentos. No entanto, o Fundo pode efetuar a cobertura dos riscos mencionados, sempre que a gestão antecipe alterações das condições do mercado. O Fundo pode realizar, para fins de cobertura de risco, operações de permuta de taxas de juro (*swaps*), celebrar acordos de taxas de juro e poderá utilizar “*credit default swaps*”.

O Fundo pode igualmente investir até 10% do seu património em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário não admitidos à cotação.



O Fundo investirá o seu património em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário admitidos à cotação ou negociados em Bolsas de valores e mercados regulamentados de um Estado Membro da União Europeia ou na Bolsa de Valores de Londres. Os valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário podem ser transacionados em mercados não regulamentados, que utilizando sistemas de liquidação internacionalmente reconhecidos pelos mercados financeiros (p.ex. *Clearstream Euroclear*), assegurem liquidez e garantam a correta e adequada avaliação dos títulos transacionados.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril, o qual revogou a Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido, deduzido da comissão de resgate referida no ponto 5.1. do Documento Único do Fundo.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Documento Único do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu patrimônio que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de “Comissões”.

O Fundo paga à entidade responsável pela gestão e às entidades comercializadoras, uma comissão de gestão variável anual, calculada diariamente, sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade responsável pela gestão ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada anualmente, no final do ano a que se refere.

Existe uma repartição da comissão entre a entidade responsável pela gestão e as entidades comercializadoras encontrando-se discriminado no Documento Único do Fundo em Comissões e encargos a suportar pelo Fundo. Sobre a comissão da entidade gestora recai Imposto do Selo, à taxa legalmente em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2019.

Esta comissão variável só será devida caso a rentabilidade anual, líquida de taxas, impostos e da comissão fixa de depósito do Fundo, seja superior a 0,05%. A comissão de gestão variável corresponderá a 80% da “rentabilidade adicional”, com um máximo de 0,275%/ano. Entendendo-se por “rentabilidade adicional” o diferencial entre a rentabilidade anual líquida de taxas, impostos e de comissões fixas de depósito do Fundo e 0,05%.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,025%, calculada diariamente sobre o valor líquido global do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo) antes de comissões e taxa de supervisão, sendo liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta no quadro da política de investimentos estabelecida no Documento Único, designadamente taxas de corretagem e encargos com a aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação de outros OIC, custos de auditoria (incluindo custos pela emissão de declaração de saldos para entrega aos auditores), custos em matéria de preços de transferência, impostos devidos pelo OIC, juros, comissões de manutenção de conta e outros custos e comissões bancárias.

Adicionalmente, o Fundo incorpora custos de *research*, orçamentados pelo valor máximo de 0,005% para o ano de 2024, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao Fundo decorre da “Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento”, constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas



diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas. Estes custos corresponderão a serviços efetivamente prestados ao Fundo, sendo efetuada a sua publicação detalhada no Relatório e Contas anual.

O Fundo paga à CMVM, uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia útil do mês. De acordo com o disposto na Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, esta taxa será alvo de majoração (taxa de majoração).

O Fundo poderá incorrer em outras despesas e encargos, devidamente documentadas e que decorram do cumprimento de obrigações legais, que não as identificadas.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

Imposto sobre o Rendimento

Em 13 de janeiro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei nº 7/2015 que veio aprovar o atual regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (OIC), através do qual a tributação passou a ser efetuada essencialmente na esfera dos participantes (sistema de tributação “à saída”).

Assim, a partir de 1 de julho de 2015 o Fundo é tributado, à taxa geral de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente fixada em 21%, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício excluídos os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias e dos gastos associados a esses rendimentos, ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

As mais-valias apuradas com os ativos mobiliários adquiridos pelo Fundo antes de 1 de julho de 2015 são tributadas na sua esfera nos termos do regime em vigor até 30 de junho de 2015, considerando-se, para este efeito, como valor de realização, o valor de mercado a 30 de junho de 2015.

O Fundo encontra-se sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, nos termos do disposto nos nº 1 e nº 2 do artigo 52º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

Imposto do Selo

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.



1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante primeiro semestre de 2024 foi o seguinte:

	31-12-2023	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	30-06-2024
Valor base	206.356.945	40.320.397	-30.441.800	-	-	216.235.542
Diferença p/ Valor Base	3.808.286	3.270.941	-2.350.696	-	-	4.728.531
Resultados transitados	628.480	-	-	10.656.347	-	11.284.827
Resultado líquido do exercício	10.656.347	-	-	-10.656.347	2.840.914	2.840.914
	<u>221.450.058</u>	<u>43.591.338</u>	<u>-32.792.496</u>	<u>-</u>	<u>2.840.914</u>	<u>235.089.814</u>
Nº de unidades de participação	<u>41.271.389</u>	<u>8.064.079</u>	<u>-6.088.360</u>			<u>43.247.108</u>
Valor da unidade de participação	<u>5,3657</u>	<u>5,4056</u>	<u>5,3861</u>			<u>5,4360</u>

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º UP's em Circulação
2024	Jan	214.238.571	5,3786	39.831.977
	Fev	211.478.267	5,3726	39.362.318
	Mar	212.711.805	5,3962	39.418.662
	Abr	219.133.831	5,3979	40.596.336
	Mai	226.287.013	5,4113	41.817.609
	Jun	235.089.814	5,4360	43.247.108

3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 30 de junho de 2024, a carteira do Fundo decompõe-se conforme se apresenta no Anexo I.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o primeiro semestre de 2024 foi o seguinte:

	31-12-2023	Aumentos	Reduções	30-06-2024
Depósitos à ordem	4.828.666	114.402.922	-107.946.795	11.284.793
	<u>4.828.666</u>	<u>114.402.922</u>	<u>-107.946.795</u>	<u>11.284.793</u>



Em 30 de junho de 2024 e 2023, os depósitos à ordem (todos expressos em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras:

	30-06-2024	30-06-2023
Caixa Geral de Depósitos	10.677.067	7.213.893
Banco Bilbao Vizcaya	437.655	439.012
Banco Santander Totta	91.819	92.252
Millennium BCP	40.629	41.083
Bankinter	13.725	14.296
Caixa Bank	8.841	9.006
Banco BIC	8.087	8.398
BPI	4.136	4.382
Novo Banco	1.181	1.503
Montepio Geral	823	1.159
Novo Banco Madrid	830	985
	<u>11.284.793</u>	<u>7.825.969</u>

4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido, deduzido da comissão de resgate referida no ponto 5.1. do Documento Único do Fundo.

4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.



- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
- a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
 - b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;
 - b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:



i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;

ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;

iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos *forwards* cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo Fundo durante os primeiros semestres de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	30-06-2024	30-06-2023
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	59.679	86.039
	<u>59.679</u>	<u>86.039</u>

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 30 de junho de 2024 e de 2023, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo Fundo, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

Maturidades	Montante em Carteira (€)	30-06-2024			Saldo
		Extrapatrimoniais			
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	69.448.541	-	-	-	69.448.541
de 1 a 3 anos	60.568.263	-	-	-	60.568.263
de 3 a 5 anos	44.062.219	-	12.918.180	-	56.980.399
	<u>174.079.023</u>	<u>-</u>	<u>12.918.180</u>	<u>-</u>	<u>186.997.203</u>

Maturidades	Montante em Carteira (€)	30-06-2023			Saldo
		Extrapatrimoniais			
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	61.726.632	-	-	-	61.726.632
de 1 a 3 anos	113.990.079	-	-	-	113.990.079
de 3 a 5 anos	33.639.816	-	-	-	33.639.816
de 5 a 7 anos	994.650	-	-	-	994.650
	<u>210.351.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>210.351.177</u>

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2024		30-06-2023	
	Valor	% VLG ^F *	Valor	% VLG ^F *
Comissão de Depósito	28.295	0,0130%	36.158	0,0129%
Taxa de Supervisão	16.975	0,0078%	21.479	0,0077%
Custos de Auditoria	3.858	0,0018%	3.590	0,0013%
Custos de <i>Research</i>	4.685	0,0021%	4.619	0,0016%
Imposto do Selo - Verba 29	54.957	0,0252%	69.351	0,0247%
	<u>108.771</u>		<u>135.197</u>	
Valor Médio Global do Fundo	<u>218.249.783</u>		<u>280.439.976</u>	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	<u>0,0498%</u>		<u>0,0482%</u>	

* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

A taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

17. OUTROSTerceiros - Ativo

Em 30 de junho de 2024 e 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2024	30-06-2023
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em futuros		
Margem	547.984	403
Operações Regularização Venda de Títulos		
Operações em Mercado	50.117	965.534
	<u>598.101</u>	<u>965.937</u>

Terceiros - Passivo

Em 30 de junho 2024 e 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2024	30-06-2023
Terceiros - Passivo		
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	302.865	397.738
Entidade Depositária	4.911	5.605
Autoridade de Supervisão	8.149	10.620
	<u>315.925</u>	<u>413.963</u>
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto do selo	28.356	33.368
Operações Regularização Compra de Títulos		
Operações em mercado	3.340.741	996.150
Outros Valores a Pagar		
Auditoria	2.652	2.652
Custos <i>Research</i>	4.685	5.132
	<u>3.376.434</u>	<u>1.037.302</u>
	<u>3.692.359</u>	<u>1.451.265</u>

Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 30 de junho de 2024 e 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2024	30-06-2023
Acréscimos e Diferimentos - Ativo		
Acréscimos de Proveitos		
De disponibilidades		
Depósitos à ordem	9.063	-
Da carteira de títulos		
Obrigações diversas	1.321.445	1.009.511
Títulos de dívida pública	-	108.512
Papel comercial	137.881	39.717
Outros fundos públicos equiparados	-	89
	<u>1.468.389</u>	<u>1.157.829</u>
Despesas com Custo Diferido		
Da carteira de títulos		
Obrigações diversas	39.781	-
	<u>39.781</u>	<u>-</u>
	<u>1.508.170</u>	<u>1.157.829</u>

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 30 de junho de 2024 e 2023 estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2024	30-06-2023
Acréscimos e Diferimentos - Passivo		
Receitas com proveito diferido		
Juros e proveitos equiparados a receber		
De obrigações	-	7.534
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	27.750	-
	<u>27.750</u>	<u>7.534</u>

18. CUSTOS EFETIVOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SOCIEDADE GESTORA

Dando cumprimento ao exigido na Secção 6 do Anexo IV do RGA, apresenta-se de seguida o montante total de remunerações do 1º semestre de 2024 e de 2023 suportadas pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.:

	30-06-2024	30-06-2023
Remunerações fixas:		
Orgão de gestão	172 439	169 573
Empregados	2 329 060	2 227 832
	<u>2 501 499</u>	<u>2 397 405</u>
Remunerações variáveis:		
Orgão de gestão	36 125	184 875
Empregados	276 709	375 242
	<u>312 834</u>	<u>560 117</u>
Nº Colaboradores remunerados:		
Orgão de gestão	4	2
Empregados	100	101
	<u>104</u>	<u>103</u>

As remunerações e os benefícios refletem os valores constantes dos balancetes da sociedade gestora de 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

Na última verificação do cumprimento da política e procedimentos de remuneração da sociedade gestora, a função de auditoria interna não referiu a ocorrência de irregularidades.

O número de colaboradores não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica "Outros encargos administrativos".

**ANEXO I**Inventário da carteira de títulos

	<u>Preço de aquisição</u>	<u>Mais valias</u>	<u>menos valias</u>	<u>Valor da carteira</u>	<u>Juros corridos</u>	<u>Total</u>
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros						
Cotados						
01.01.03 - Obrigações diversas						
TAGST 09-ENGY A1/25	230.552	-	-459	230.094	682	230.775
CXGD 1.25% 11/24	2.835.492	-	-63.856	2.771.636	20.943	2.792.579
BCPPL 1.125% 02/2027	526.500	46.206	-	572.706	2.582	575.288
CRLPL 2.5% 11/2026	1.790.715	-	-37.533	1.753.182	29.385	1.782.567
CXGD 2.875% 06/2026	1.698.793	-	-15.453	1.683.340	2.142	1.685.482
BCPPL 8.5% 10/2025	2.928.560	9.459	-	2.938.019	168.374	3.106.393
EDPPL 3,875% 06/2028	1.994.388	21.512	-	2.015.900	1.062	2.016.962
NOVBNC 4,25% 03/2028	898.038	2.772	-	900.810	12.051	912.861
MONTPI 5,625% 05/28	299.265	1.482	-	300.747	1.526	302.273
MONTPI 0,125% 11/24	1.476.525	3.285	-	1.479.810	1.178	1.480.988
VW 1.375% 01/25	4.192.920	-	-245.640	3.947.280	24.495	3.971.775
DB 1% 11/2025	2.542.900	-	-70.550	2.472.350	15.369	2.487.719
NRPBBGR 0.1% 02/2026	1.100.000	-	-99.484	1.000.516	451	1.000.967
VW 0% 07/2024	1.497.300	-	-255	1.497.045	-	1.497.045
VW 0% 02/2025	2.502.275	-	-59.250	2.443.025	-	2.443.025
ANNGR 1.375% 01/2026	696.178	-	-22.708	673.470	4.076	677.546
EUROGR 3,598% 02/29	1.495.985	-	-2.465	1.493.520	22.266	1.515.786
IFXGR 3,375% 02/2027	499.145	145	-	499.290	5.809	505.099
CMZB Float 03/2027	300.000	1.137	-	301.137	703	301.840
CAPFP 0.625% 06/2025	3.995.140	-	-109.780	3.885.360	548	3.885.908
BNFP 0% 12/2025	3.295.116	-	-154.209	3.140.907	-	3.140.907
CAFP 0.107% 06/2025	1.100.000	-	-38.533	1.061.467	55	1.061.522
ACAFP Float 03/2025	3.600.000	6.732	-	3.606.732	9.773	3.616.505
CAFP 4,079% 05/2027	3.000.000	21.030	-	3.021.030	19.110	3.040.140
BFCM Float 03/2027	600.000	1.920	-	601.920	1.916	603.836
BPCEGP Float 03/26	400.000	4	-	400.004	1.156	401.160
LLOYDS 0.375% 01/25	1.798.578	-	-31.860	1.766.718	2.859	1.769.577
BACR Float 05/2026	1.977.632	-	-16.892	1.960.740	12.756	1.973.496
NGGLN 2.179% 06/2026	2.299.954	-	-63.549	2.236.405	137	2.236.542
BACR 2.885% 01/2027	400.000	-	-5.244	394.756	4.793	399.549
HSBC 4,752% 03/2028	1.800.000	44.136	-	1.844.136	26.481	1.870.617
NWG Float 01/2026	500.000	2.100	-	502.100	5.170	507.270
KUTXAB 0.5% 09/2024	695.947	-	-1.337	694.610	2.678	697.288
BKTSM 0.625% 10/2027	1.353.000	9.180	-	1.362.180	6.890	1.369.070
BNP 0% 09/2024	2.899.072	-	-26.825	2.872.247	-	2.872.247
SANTAN 0,2% 02/2028	1.235.752	7.952	-	1.243.704	1.079	1.244.783
CLNXSM 3,625% 01/29	694.015	525	-	694.540	2.642	697.182
VLVY 0,125% 09/2024	597.948	-	-2.604	595.344	590	595.934
ERICB 1.125% 02/27	1.293.110	-	-74.360	1.218.750	5.754	1.224.504
SEB 1.75% 11/2026	3.381.810	-	-108.222	3.273.588	37.878	3.311.466
SEB 3,875% 05/2028	2.497.425	42.700	-	2.540.125	14.067	2.554.192
SRGIM Float 08/24	4.474.575	28.800	-	4.503.375	31.763	4.535.138
ISPIM 1% 07/2024	898.695	1.125	-	899.820	8.926	908.746
AZMIM 1.625% 12/2024	3.993.520	-	-38.000	3.955.520	35.874	3.991.394
ISPIM 0.625% 02/2026	1.495.890	-	-72.885	1.423.005	3.279	1.426.284
ISPIM Float 03/2025	650.000	1.671	-	651.671	1.099	652.770
SRGIM Float 04/2026	600.000	1.182	-	601.182	5.526	606.708
ISPIM Float 04/2027	1.500.000	480	-	1.500.480	14.323	1.514.803
MS 1.75% 01/2025	3.727.955	-	-267.295	3.460.660	25.605	3.486.265
PG 0.625% 10/2024	4.141.380	-	-182.780	3.958.600	16.735	3.975.335
JEF 1% 07/2024	3.088.260	-	-92.640	2.995.620	28.525	3.024.145
TOYOTA 0.625% 11/24	3.076.620	-	-112.740	2.963.880	11.424	2.975.304
HOG 0.9% 11/19/24	999.270	-	-10.930	988.340	5.533	993.873
F 1.744% 07/2024	1.700.000	-	-2.108	1.697.892	28.190	1.726.082



CAIXA DISPONÍVEL

	<u>Preço de aquisição</u>	<u>Mais valias</u>	<u>menos valias</u>	<u>Valor da carteira</u>	<u>Juros corridos</u>	<u>Total</u>
MCD 2.375% 11/2024	2.216.140	-	-227.840	1.988.300	28.163	2.016.463
BRK 0% 03/2025	4.574.610	-	-89.794	4.484.816	-	4.484.816
BAC Float 08/2025	3.053.100	-	-48.552	3.004.548	15.260	3.019.808
CMCSA 0% 09/2026	3.389.324	-	-233.784	3.155.540	-	3.155.540
TOYOTA 0.25% 07/26	2.023.700	-	-145.440	1.878.260	4.795	1.883.055
GIS 0.125% 11/2025	398.964	-	-17.844	381.120	313	381.433
GM 1% 02/2025	1.399.048	-	-23.940	1.375.108	4.896	1.380.004
V 1.5% 06/2026	2.787.176	-	-81.060	2.706.116	1.841	2.707.957
IBM 3.375% 02/2027	2.294.756	2.783	-	2.297.539	30.965	2.328.504
BAC 4,134% 06/2028	600.000	12.498	-	612.498	1.291	613.789
MCD 3,625% 11/2027	2.518.625	-	-3.950	2.514.675	53.484	2.568.159
BKNG 3,5% 03/2029	2.305.306	-	-1.741	2.303.565	26.907	2.330.472
MS Float 03/2027	1.200.000	3.192	-	1.203.192	1.744	1.204.936
JEF 4% 04/2029	997.730	-	-3.630	994.100	8.329	1.002.429
PG 1,2% 10/2028	1.474.400	2.688	-	1.477.088	12.852	1.489.940
F 4,165% 11/2028	600.000	-	-732	599.268	2.807	602.075
USB Float 05/2028	800.000	-	-2.152	797.848	4.218	802.066
JPM 3,674% 06/2028	2.200.000	7.590	-	2.207.590	5.536	2.213.126
CS Float 01/2026	5.064.600	-	-48.000	5.016.600	51.965	5.068.565
UBS 0,25% 11/2028	442.065	4.440	-	446.505	816	447.321
ABNANV 1.25% 05/2025	3.108.150	-	-171.630	2.936.520	3.493	2.940.013
REPSM 0.125% 10/2024	2.992.590	-	-21.270	2.971.320	2.766	2.974.086
INTNED 1.25% 02/27	1.893.597	-	-67.412	1.826.185	8.825	1.835.010
BMW 0.5% 02/2025	1.395.898	-	-23.954	1.371.944	2.486	1.374.430
DTRGR 1.25% 04/2025	997.660	-	-16.300	981.360	2.945	984.305
ENELIM 1.5% 07/2025	1.697.431	-	-34.508	1.662.923	24.107	1.687.030
ABBNVX 3.25% 01/2027	2.597.920	8.580	-	2.606.500	38.556	2.645.056
ENELIM 3.375% 07/28	598.362	-	-3.414	594.948	8.877	603.825
ADNA Float 03/2026	300.000	576	-	300.576	677	301.253
ASML 3.5% 12/2025	2.000.960	-	-1.060	1.999.900	-	1.999.900
TOYOTA Float 02/27	1.205.220	2.664	-	1.207.884	7.893	1.215.777
MBGGR 3,25% 09/2027	2.396.016	-	-4.032	2.391.984	10.044	2.402.028
JYBC 0.375% 10/2025	1.997.000	-	-16.520	1.980.480	5.328	1.985.808
CARLB 4% 10/2028	2.034.110	-	-3.170	2.030.940	59.016	2.089.956
NOVOB 3,125% 01/2029	1.191.948	4.656	-	1.196.604	4.212	1.200.816
SYDBDC 4,125% 09/27	999.420	5.350	-	1.004.770	3.503	1.008.273
MOWINO Float 01/25	2.953.550	-	-37.310	2.916.240	27.295	2.943.535
OPBANK 2.875% 12/25	399.824	-	-3.716	396.108	6.253	402.361
OPBANK 4% 06/2028	2.999.610	68.400	-	3.068.010	5.918	3.073.928
NDAFH 3,375% 06/2029	2.495.925	-	-400	2.495.525	4.623	2.500.148
CCBGBB 0.375% 02/26	945.000	4.550	-	949.550	1.424	950.974
CCBGBB 0.01% 10/2025	1.996.500	-	-88.060	1.908.440	142	1.908.582
KBCBB 0,125% 01/2029	1.229.200	5.852	-	1.235.052	808	1.235.860
RBIAV 0.25% 01/2025	5.667.282	-	-83.961	5.583.321	6.268	5.589.589
CCE 0% 09/2025	2.549.898	-	-106.616	2.443.283	-	2.443.283
MDT 0% 10/2025	2.235.195	-	-85.680	2.149.515	-	2.149.515
NESNVX 0% 12/2025	2.640.274	-	-159.432	2.480.842	-	2.480.842
MUFG 0.339% 07/2024	800.000	-	-1.312	798.688	2.579	801.267
MIZUHO 0.214% 10/25	600.000	-	-23.844	576.156	940	577.096
ANZ Float 05/2027	2.700.000	-	-783	2.699.217	13.007	2.712.224
TD 0.5% 01/2027	3.097.861	-	-229.369	2.868.492	6.988	2.875.480
RY 4,125% 07/2028	996.150	25.420	-	1.021.570	40.799	1.062.369
NACN Float 03/2026	1.200.000	1.224	-	1.201.224	3.518	1.204.742
BMO Float 04/2027	800.000	-	-584	799.416	7.790	807.206
BNS 3,5% 04/2029	2.993.790	-	-14.400	2.979.390	21.575	3.000.965
NACN 3,75% 05/2029	2.498.875	-	-6.400	2.492.475	15.925	2.508.400
RY Float 07/2028	1.300.000	91	-	1.300.091	-	1.300.091
CEZCP 4.875% 04/2025	3.641.880	-	-619.590	3.022.290	30.452	3.052.742
Sub-Total:	213.752.836	416.088	-4.783.632	209.385.292	1.321.445	210.706.737

01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados**01.03.11 - Papel comercial**

P.C.NOS 242ª EM.	3.200.000	-	-	3.200.000	3.960	3.203.960
P.C.VISABEIRA 91ª EM	4.400.000	-	-	4.400.000	58.838	4.458.838



CAIXA DISPONÍVEL

	<u>Preço de aquisição</u>	<u>Mais valias</u>	<u>menos valias</u>	<u>Valor da carteira</u>	<u>Juros corridos</u>	<u>Total</u>
ECP CUF 22JAN 161D	1.761.158	-	-	1.761.158	38.842	1.800.000
ECP CIE 21MAR 189D	2.052.585	-	-2.113	2.050.472	25.589	2.076.061
ECP CIE 29MAIO 183D	2.251.697	-	-4.751	2.246.946	8.710	2.255.657
ECP TUBACEX 59D	198.508	-	-	198.508	1.138	199.646
ECP TUBACEX 94D	2.174.796	1.686	-	2.176.482	804	2.177.287
Sub-Total:	<u>16.038.745</u>	<u>1.686</u>	<u>-6.864</u>	<u>16.033.567</u>	<u>137.881</u>	<u>16.171.448</u>
Total	<u>229.791.581</u>	<u>417.774</u>	<u>-4.790.496</u>	<u>225.418.859</u>	<u>1.459.327</u>	<u>226.878.185</u>



CAIXA DISPONÍVEL

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixa Disponível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (o “OIC”), gerido pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 238 809 923 euros e um total de capital do OIC de 235 089 814 euros, incluindo um resultado líquido de 2 840 914 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Caixa Disponível - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

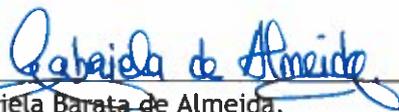
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de agosto de 2024



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC